



PROGRAMA  
HISTÓRIA  
ORAL

---

JUÍZA DE DIREITO  
EDITTE PATRÍCIO DA  
SILVA MOURA



## ENTREVISTA CONCEDIDA PELA JUÍZA DE DIREITO EDITTE PATRÍCIO DA SILVA MOURA AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDF

**E**ditte Patrício da Silva Moura nasceu em Goiânia, estado de Goiás, em 03/05/1956. A filha de José Patrício da Silva e Dorcelina Maria da Silva formou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal do Estado de Goiás – UFGO, em 1981. No ano seguinte, 1982, foi aprovada no concurso para Promotor de Justiça do Estado de Goiás, no qual trabalhou até 1993, mesmo ano de sua aprovação no Concurso para magistratura de Goiás. Exerceu o cargo de juíza de Direito Substituta de janeiro a maio de 1993, quando foi aprovada no XIX Concurso para magistratura do DF, assumindo o cargo de juíza de Direito do Distrito Federal e dos Territórios em 07/05/1993. Como juíza de Direito Substituta, atuou em diversas Varas das Circunscrições Judiciárias do Distrito Federal: Criminais, Cíveis e Fazenda Pública – seja como auxiliar, seja em exercício pleno. Em 07/12/1995, foi promovida a juíza de Direito do TJDF, com titularização na 2ª Vara

de Família, Órfãos e Sucessões da Circunscrição Judiciária de Ceilândia. Em 1998 é removida, a pedido, para a Vara de Falências e Concordatas do Distrito Federal, na qual permaneceu até sua aposentadoria. Dentre os processos que julgou naquela Vara de Justiça do DF está o polêmico do Grupo OK, pertencente ao então Senador da República, Luiz Estevão de Oliveira Neto. A magistrada decretou a falência do grupo. Além de suas atribuições como titular da Vara de Falências e Concordatas, Editte Patrício exerceu a função de juíza auxiliar em diversos pleitos eleitorais, sendo titular das 17ª e 5ª Zonas Eleitorais de 29/05/2002 a 29/05/2004. Ainda, integrou como suplente as Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Distrito Federal e substituiu desembargadores do TJDF em Turmas e Câmaras Cíveis da Segunda Instância. Especialista em Direito Privado pela Universidade Católica de Brasília, Editte Patrício foi outorgada com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, grau “Comendador”, em 20/03/2011, conforme Portaria OMJDFT 1. Como resultado de seus trabalhos à frente da Vara de Falências e Concordatas,

foi convidada a integrar a Comissão Permanente de Avaliação Documental do TJDF, para Área Judicial, na qual permaneceu de 2002 a 2008.

Casada com o também magistrado do TJDF Clóvis Moura de Sousa desde 2001, Edite Patrício é mãe do antropólogo Leonardo Patrício Resende, sogra da advogada Giovanna Ramos Mee do Nascimento e avó dedicada de Gael Ramos Patrício Resende. Após quinze anos de serviços prestados à Justiça do DF, a magistrada aposentou-se do cargo de juíza de Direito do TJDF em 14/03/2008.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Doutora Edite, nós gostaríamos, antes de tudo, de agradecer a Vossa Excelência por sua presença neste momento, (em que) o Tribunal (de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios) está, por meio da 1ª Vice-Presidência, realizando este projeto – que me parece fantástico – de preservar a Memória do Tribunal por meio de entrevistas feitas principalmente com os membros do TJDF, que são as pessoas que ajudaram a construir a própria história. Então, agradeço muito a sua gentileza, a sua boa vontade. A nossa entrevista sempre começa pedindo ao entrevistado que fale um pouco a respeito de sua vida.

### **Doutora Edite Patrício**

Na verdade, eu me sinto muito honrada com o convite. A gratidão é minha de poder estar aqui e, como o Tribunal é muito importante para todos nós, se eu puder contribuir com qualquer lembrança que enriqueça a História do próprio Tribunal, eu ficarei muito feliz. Estou honrada e feliz de ter sido lembrada. Minha história pessoal, eu sou goiana, nasci na capital, em Goiânia, em 1956. Eu brinco que meu pai fez o caminho inverso: quando todas as pessoas vinham para Brasília, para construção da Capital, meu pai embrenhou-se mais ainda

no interior de Goiás e, logo depois de meu nascimento, nós mudamos para uma cidade do interior que hoje é uma cidade muito próxima à Goiânia. Naquele tempo em que não havia asfalto, Goiás (era) muito atrasado ainda em termos de desenvolvimento urbano, nós fomos para Jandaia<sup>1</sup>, que considero minha cidade, paixão de cidade natal. Nós fomos para lá, fomos morar no interior, numa fazenda, eu ainda nem tinha idade escolar, mas os meus irmãos mais velhos já começaram a alfabetização em escola rural. Logo em seguida, um ano depois, nós fomos morar realmente em Jandaia. Comecei meu estudo, grupo escolar naquela época, comecei o ginásio. Também os mais velhos precisavam continuar os estudos, porque terminaram o ginásio, e nós voltamos para Goiânia. Então, eu passei um bom tempo em Jandaia e fomos para Goiânia. Eu terminei o ginásio, o segundo grau – na época chamava-se científico ainda –, entrei na Universidade Federal de Goiás para fazer Direito, isso já em 1977.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Por que Direito?

### **Doutora Edite Patrício**

Por que Direito? Direito foi por causa da história da vida. Quando fomos para Goiânia, logo em seguida em fui trabalhar, ainda bastante criança, porque, eu não registrei, eu venho de uma família muito pobre. Eu brinco assim: muito pobre, nós já estávamos enriquecendo (risos). Nós

---

**1** Município brasileiro do estado de Goiás, localizado entre o Morro do Segredo e a Serra do Boqueirão, distante 120 km da capital Goiânia e 329 km da Capital Federal, Brasília.

éramos bastante carentes. Meu pai trabalhava com serralha e minha mãe com costura, então, precisavam da mão de obra infantil, quase. Nós fomos morar em Goiânia e meu pai ficou no interior. Minha mãe ainda não tinha uma freguesia em Goiânia, então, nós precisávamos trabalhar. Eu arrumei um trabalho, meu irmão, também, todos nós fomos trabalhar. Durante algum tempo eu fui auxiliar de dentista e consegui logo aos dezoito anos um contrato que na época era temporário na Secretaria de Educação e logo consegui uma mudança, com requisição, para trabalhar no Ministério Público de Goiás, como funcionária. Eu tinha feito um curso de Datilografia e, modesta à parte, eu era muito boa datilógrafa. Desde sempre, quando eu ainda fazia o segundo grau, trabalhando no Ministério Público, eu fui me apaixonando por aquelas situações, o trabalho dos promotores. Eu já me lembrava da história de Jandaia – quando eu era menina – já subia em árvore para ver o que estava acontecendo no Júri; eu era muito curiosa. Eu achava aquilo muito interessante. Então, fazer Direito foi quase automático, dentro desse caminho. Trabalhava no Ministério Público, era servidora, datilógrafa do Ministério Público, conseguia, por ser um curso que era à noite, trabalhar durante todo o dia, trabalho leve, em gabinete, (mas) era muito serviço. Fiz o curso de Direito. Do curso de Direito feito, fiz concurso para o Ministério Público de Goiás e passei. Fui promotora lá durante muito tempo.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Quanto tempo (foi promotora)?

### **Doutora Editte Patrício**

Fui doze anos promotora de Justiça. Eu fiz carreira, pode-se dizer.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Em quais comarcas?

### **Doutora Editte Patrício**

Trabalhei na Comarca de Aurilândia, fui nomeada para essa comarca. Meu concurso é o de 1982, e assumi no comecinho de 1983. Lá eu fiquei durante uns quatro anos. Fui para a Comarca de São Luis, que é próxima, na qual fiquei mais tempo, pois tive uma união estável, tive meu filho nessa comarca. De lá, eu fui para Quirinópolis, uma cidade mais para o sul do estado, mais perto de Itumbiara, aquela região do São Simão. Fui para Goiânia, durante um ano fiquei em Goiânia, atuando na Promotoria de Ofício junto às Varas de Fazenda Pública. Então, fiz concurso – já estava tentando – o concurso da magistratura lá ao mesmo tempo que eu fazia o concurso para magistratura aqui.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Apesar de estar no Ministério Público, já sonhava com a magistratura?

### **Doutora Editte Patrício**

Já sonhava com a magistratura. Esse era um projeto. Na verdade, na nossa vida há algumas mudanças. Eu sonhava com a magistratura, gostaria de ter ficado um tempo no Ministério Público e feito o concurso (para magistratura).

Como veio casamento, filho, então, foi como se abrisse um hiato e eu abandonei (o projeto). De-

pois, comecei novamente a me preparar, a estudar. Tentei o concurso e não obtive sucesso. Então, tentei, vou continuar tentando e vou conseguir, porque achava “vou ficar mais realizada”, como realmente fiquei. Eu fui aprovada no concurso para magistrada em Goiás, assumi. Trabalhei uns seis meses e assumi aqui.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Que ano, Dra. Editte?

### **Doutora Editte Patrício**

1993<sup>2</sup>.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

1993. Então passou lá e passou aqui. Não teve dúvidas em deixar Goiás e vir para cá?

### **Doutora Editte Patrício**

Não tive dúvidas. Na verdade, não tive dúvidas, porque era o recomeço da carreira (agora como magistrada) no interior de Goiás. Eu já tinha um filho e já imaginava a repetição da minha história: depois ter de deixar o filho na casa “dos outros”, porque não sabia quanto tempo teria de ficar no interior de Goiás. Como tive essa oportunidade, tive sucesso no concurso, eu achava que aqui ele teria condições de estudar, como graças a Deus teve. Acho que nesse aspecto foi bom. O Tribunal é realmente muito, muito bom. E eu me senti sempre como se meu espírito tivesse em casa; ele chegou em casa, aqui no Tribunal

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Sendo goiana, embora estando tão pertinho, alguma coisa especial a puxou para Brasília?

---

<sup>2</sup> Aprovada no XIX Concurso para magistratura do DF, ano 1992-1993.

### **Doutora Editte Patrício**

Engraçado, não puxou... Eu imaginava que aqui seria bom, porque não haveria aquela circulação pelo interior. Mas, eu fiz a inscrição pelos Correios – naquele tempo não havia inscrição pela internet – vim aqui, fiz a prova, depois, voltei e fui obtendo sucesso. No concurso anterior, eu não pude fazer porque coincidiu a prova com a do concurso de Goiás. Enfim, eu não conhecia absolutamente a história, ninguém no Tribunal. Para não falar que não conhecia ninguém, depois que eu passei no concurso, eu lembrei que havia uma colega aqui – que eu não conhecia, mas conhecia o pai dela – que era a Nilsoni<sup>3</sup>. Então, ela é que me deu boas vindas, apresentou-me Haydevalda<sup>4</sup> e nós fomos ser praticamente vizinhas de sala, assim eu fui travando conhecimento dentro do Tribunal.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Do concurso ficou alguma lembrança especial?

### **Doutora Editte Patrício**

Muitas lembranças, porque, primeiro, eu já havia assumido a magistratura de Goiás, então, eu vim fazer a prova escrita e alguns colegas fizeram a prova – não lembro a questão – saiu todo mundo comentando, prova muito difícil de Direito Comercial, todo muito dizendo o que tinha respondido. Sempre muito difícil. Eu falei: “Então, eu errei porque eu respondi totalmente diferente”. Só eu passei!

---

<sup>3</sup> Desembargadora Nilsoni de Freitas Custódio, nomeada juíza de Direito Substituta do TJDF em outubro de 1991.

<sup>4</sup> Desembargadora Haydevalda Aparecida Sampaio, magistrada da Justiça do Distrito Federal entre 1984 e 2009.

Porque eu tinha acertado. Nem lembro qual questão era... Depois viemos fazer a prova oral e quando eu vim fazer a prova oral do concurso...

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Ainda se lembra dos examinadores?

### **Doutora Editte Patrício**

Lembro dos examinadores, de alguns, não lembro todos. Civil e Processo Civil eram os desembargadores Natanael (Caetano Fernandes) e (José) Campos do Amaral. Eu havia mandado umas cópias de uns trabalhos que tinha feito no interior de Goiás, atuando como promotora, relativo a registro torres. Não fui brilhante, mas achei que tinha ido tranquila. Quando eu fui fazer a prova, eu estava absolutamente nervosa, mas não era com o concurso aqui. Seria minha primeira temporada do Júri, como juíza, na comarca no interior de Goiás. Não havia fórum, porque o fórum havia sido demolido. Eu tinha de preparar uma sala cedida pela maçonaria – em Acreúna<sup>5</sup> – para fazer aquele Júri que era dois dias depois (da prova). Então, eu fiz um cálculo e pedi uma licença provisória, em véspera de Júri, para Corregedoria. Disse, “Vou fazer uma prova”. Eu desesperada porque tinha de fazer a prova aqui e montar a estrutura do Júri lá. Então, eu fui ser examinada, e todo mundo tremendo de medo do desembargador Hermene-

---

<sup>5</sup> Comarca do estado de Goiás.

gildo<sup>6</sup>, que era o examinador que compunha a banca de (Direito) Penal.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Ele era difícil mesmo...

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Ele foi seu examinador também?

### **Doutora Editte Patrício**

Mas que sorte a minha! Eu não sabia da história dele como um “terror do concurso”. Ele perguntava e lembro que ele me perguntou uma questão e eu respondi para ele com a maior segurança: “Eu não sei. Não sei responder”. Todos: “Ó!” Admirados com minha coragem. Mas eu falei: “Gente eu precisava ir embora. Não podia ficar perdendo meu tempo. Eu não sabia!” Eu gostaria de ir embora, porque ainda tinha de chegar a Acreúna. Mas sabe que foi tranquilo, porque eu fiz a prova, respondi o que eu sabia. O desembargador João (Carneiro de) Ulhoa<sup>7</sup>, que era o Vice-Presidente responsável pelo concurso, o Doutor pela Ordem, o ex-Ministro Carlos Mathias<sup>8</sup>, era um dos examinadores. Recordo-me de que ele estava na banca. Mas foi tranquilo porque eu respondi e respondi o restante das

---

<sup>6</sup> Hermenegildo Gonçalves Fernandes, desembargador do Tribunal de Justiça entre 1988 e 2006, ano de sua aposentadoria.

<sup>7</sup> Vice-Presidente do TJDFT no biênio 1992/1994.

<sup>8</sup> Ex-Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, TRF1, foi Ministro Convocado do Superior Tribunal de Justiça entre 2007 e 2009.

questões. Eu acho que a minha classificação no concurso foi um pouco prejudicada pelo desespero em terminar as provas. Mas tive muita sorte, realmente, por conseguir (fazer as provas). Depois, também consegui fazer o Júri. Fiquei feliz de ter sido aprovada aqui. Eu não tive dúvida (em vir para Brasília).

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Foi em 1993?

### **Doutora Editte Patrício**

Assumi em maio de 93. Foi muito bom.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Adaptou-se logo?

### **Doutora Editte Patrício**

Adaptei-me logo a Brasília.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Quanto à magistratura, já havia menos dificuldade, considerando a sua experiência...

### **Doutora Editte Patrício**

Realmente. Mas o volume do trabalho é muito diferente, porque, quando você chega aqui em Brasília, é muito diferente do interior de Goiás. No interior de Goiás, a comarca que tinha muito processo tinha mil, mil e quinhentos processos. São aquelas comarcas de primeira. A minha comarca era uma de muito trabalho, toda espécie de trabalho, era uma de Competência Geral, como é todo interior. Então era uma comarca que, como substituta, foi trabalhosa. Mas aqui não: são quatro mil, cinco mil processos... Em um tempo em que o Tribunal ainda não estava estruturado como hoje está. Quando eu

cheguei, já havia máquinas elétricas, mas era só o que tinha. O computador, eu lembro, nós fomos os pioneiros. Lembro que o pioneiro foi o desembargador Mário Machado, penso que ele e mais alguns poucos colegas tinham computador. Ele é que nos aconselhou, "Nós precisamos nos adaptar ao computador, comprar um computador". Então, eu comprei um computador, como todos os colegas fizeram. Compramos e fomos fazer aquele cursinho rápido para nos adaptarmos ao computador. Mas não havia – como há hoje – o Google, todos os Tribunais, Jurisprudência... Era uma máquina de escrever um pouquinho mais sofisticada.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Era uma máquina de escrever. Eu me lembro do próprio Mário (Machado) dizendo que a grande vantagem era poder corrigir.

### **Doutora Editte Patrício**

Exatamente. Lembrando que eu havia sido datilógrafa, eu me adaptei bem. Só fiz um curso de digitação rápida, agilizou o trabalho. Isso era tudo à nossas expensas. Depois é que o Tribunal começou a implementar um trabalho de compra mesmo dos computadores. Foi muito rápido. Olhando a história do Tribunal, de quando eu entrei, para o complexo de informática que o Tribunal tem hoje, é impressionante, acompanhando a história do próprio mundo, mas é impressionante.

---

9 Magistrado da Justiça do Distrito Federal, nomeado juiz substituto em março de 1984, promovido ao cargo de juiz de Direito em 1986, e desembargador desde setembro de 1997.

### Desembargadora Carmelita Brasil

Recorda-se da primeira vara, de sua primeira designação como juíza substituta?

### Doutora Editte Patrício

Aqui? Recordo. A minha primeira designação foi para o auxílio da 10ª Vara Cível que tinha muito trabalho, que era (comandada pelo) o desembargador Mário-Zam<sup>10</sup>. Tinha muito trabalho e o Tribunal tentou, já naquele momento, fazer um mutirão. Nós fomos três colegas designados para dar vazão ao trabalho, mas ficou assim realmente a boa intenção, porque logo – sempre os substitutos são escassos em relação à necessidade – dali já fui designada para uma outra vara. Não circulei muito, desembargadora, como substituta. Do auxílio do desembargador, devo ter ficado, assim, girei um pouco em uma substituição numa Vara de Fazenda<sup>11</sup>, uma substituição na Vara Criminal<sup>12</sup>, por poucos dias, porque tive um problema em Goiás e precisei tirar uma licença para resolver alguns assuntos e, no retorno, eu já fui para Vara Cível, inicialmente para substituição da desembargadora Vera Andrighi. Trabalhei na 7ª Vara Cível. Ficou aquela história: de auxílio em au-

**10** Mário-Zam Belmiro Rosa, desembargador do Tribunal de Justiça desde outubro de 2004; juiz de Direito da 10ª Vara Cível de 1992 a 2002.

**11** 4ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, ano 1993.

**12** 1ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária do Gama, em outubro de 1993; 8ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Brasília, em dezembro de 1993.

xílio. No auxílio da desembargadora Vera e no auxílio do desembargador Sérgio Bittencourt<sup>13</sup>. Duas varas ao mesmo tempo, dois colegas maravilhosos. Só tenho a agradecer. Acabei indo para o auxílio do desembargador Sérgio, ficando apenas na substituição, porque ele foi convocado para o Tribunal. Fiquei na substituição dele por todo tempo (da convocação) até a instalação das novas varas, pois o Tribunal criou as varas, depois da décima, da décima primeira, eu instalei uma daquelas varas e já fui promovida depois disso.

### Desembargador Antoninho Lopes

A décima quarta. Eu fui para lá depois.

### Doutora Editte Patrício

Eu instalei a décima quarta. Foi um período de substituição, não foi tão longo, eu não girei e fiquei – pode-se dizer o tempo todo em (vara) Cível. Depois da instalação da 14ª Cível, eu fui promovida para 2ª Vara de Família de Ceilândia<sup>14</sup>. Eu fiquei em Ceilândia mais uns dois anos.

### Desembargadora Carmelita Brasil

Estranhou a Vara de Ceilândia, de Família, saindo de uma Cível de Brasília?

**13** Então juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília.

**14** Promovida por antiguidade ao cargo de juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões de Ceilândia, em 17/01/1996.



### **Doutora Editte Patrício**

Saindo de uma Cível, que era aquele volume de serviço, indo para uma Vara de Família, que era quase oral, quase um rito de oralidade, foi um período bom, período de crescimento pessoal. Um período em que, posso dizer, o mais cansativo – como profissional, como pessoa – é a Vara de Família. A Vara Cível, você trabalha muito, é exaustiva, mas a Vara de Família lhe traz um desgaste pessoal muito grande.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

A de Família nunca acaba...

### **Doutora Editte Patrício**

É como se você levasse parte daquele trabalho para seu sonho. Muitos dramas... E Ceilândia... muita pobreza... Eles falam que – às vezes aqui nas varas do Plano (Piloto), acho também que é um pouco mito – “Ah, nas Varas de Família do Plano se discute dinheiro”. Eu discordo. Não concordo muito com essas afirmativas. Acho que realmente tem mais patrimônio, em que existe demanda envolvendo dinheiro, realmente as pessoas ficam mais egoístas, mas a Vara de Família como um todo é uma vara de muito sofrimento. As pessoas não têm um senso para um acordo; tudo é sofrimento. A interdição do incapaz numa satélite como Ceilândia era para receber um benefício de prestação continuada... Então são pessoas paupérrimas. Não tem um carro para deslocar até o fórum. São pessoas muito carentes. Realmente, lidar com aquela situação de miséria e de você querer fazer mais, investigação de paternidade. Então, havia dias em que nos fazíamos vinte e cinco, éramos eu e a Gislene<sup>15</sup> – ela que hoje é minha comadre, aliás, devo ao Tribunal de Justiça do Distrito

Federal a conquista de ótimos amigos – hoje desembargadora convocada, era titular da 1ª Vara, então, nós combinávamos: “Vamos fazer muita audiência” e marcávamos 25 audiências para fazer, pois nos queríamos resolver. Era um período cansativo, mas enriquecedor.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Houve uma Vara de Falência?

### **Doutora Editte Patrício**

Da Vara de Família, eu vim para Vara de Falência.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Como titular?

### **Doutora Editte Patrício**

Como titular.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Um caminho pré-determinado ou não? (ou) Caiu nas suas mãos mais ou menos por acaso?

### **Doutora Editte Patrício**

Na verdade foi quase uma escolha, pois antes – algo que quase ninguém no Tribunal faz, ou fazia – até recusei uma chance de vir removida para a 8ª Cível. Já havia trabalhado por muito tempo... Por uma questão um pouco boba, se é que podemos falar assim, eu já tinha uma outra equipe e havia trabalhado muito tempo como substituta... Eu vou para vara, vou ter que desalojar aquelas pessoas que tem gratificação, os servidores... Eu falei: “Não vou. Vou deixar passar a 8ª Cível. Eu vou para próxima vara”. A próxima foi a de Falência,

**15** Gislene Pinheiro de Oliveira, juíza de Direito Substituta de Segundo Grau do TJDF.

logo em seguida. Foi uma remoção, do Dr. Everaldo, o colega foi para VEC. Ele removeu e falei, “A próxima vara eu vou”. Então, surgiu a Vara de Falência, eu disse – “Porque está me aguardando”. Fui também sem conhecer. Sem ter trabalhado muito com a matéria, não conhecia muito do processo falimentar, havia atuado como promotora de Justiça em umas duas falências, no tempo em que era promotora. Não conhecia muito do processo e vim para Vara de Falência<sup>16</sup> e ali foi uma experiência rica. A vara quando eu cheguei tinha – e falo isso com muito orgulho: mais do que juíza da vara, eu fiz faxina na Vara de Falência, faxina literal – cinco mil processos em tramitação pela estatística do Tribunal. Já estava ali tentando organizar, a equipe também não conhecia. Eu trouxe a equipe que já me acompanhava – a Doutora (Maria de) Fátima Lucas – que era diretora (de Cartório) já me acompanhava há muito tempo, desde a 8ª Vara Cível, foi para Família (de Ceilândia) – e viemos e fomos trabalhar na vara e conhecendo os processos e alguém que era servidor da vara disse: “Eu gostaria de ser autorizado para entrar no lixinho.” Então, falei: “Mas lixinho? O quê é isso ‘lixinho’”? Nós precisamos da chave para buscar alguns processos no “lixinho”. Eu falei: “O que é isso?”. “A senhora não sabe que a vara tem um ‘lixinho’ e um ‘lixão’?” Eu disse: “Não. Nunca ouvi.” Fui conhecer. Era um depósito, dentro do que era apêndice da vara. Um funcionava em uma copa

<sup>16</sup> Removida a pedido para Vara de Falências e Concordadas do Distrito Federal em 13/02/1998.

antiga e outro era em uma sala e eram trancados. Dentro dessas salas, eu descobri que havia processos encaixotados, livros de falência, bens de falência – dentro desses processos. Havia processos de outras varas arquivados, processos que sequer constavam de autuação do Tribunal. Fiquei apavorada quando vi aquilo. Fui à Vice-Presidência, mas sempre contei muito com o apoio do Tribunal. Na época, se não estou enganada, o Vice-Presidente era o desembargador Jerônimo<sup>17</sup>.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Não. Ele foi Corregedor.

### **Doutora Editte Patrício**

Corregedor também. Conversei com ele. Bem, 1998... A memória falhou. Mas fui à Vice-Presidência<sup>18</sup>, que colocou dois juízes substitutos atuando na vara, pois eu falei: “Olhe, eu preciso organizar”.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Quem eram eles? Ainda se lembra? Esses que foram ajudá-las?

<sup>17</sup> Desembargador José Jeronymo Bezerra de Souza, então Corregedor da Justiça do DF para o biênio 1996/1998.

<sup>18</sup> Para o biênio 1996/1998, a Alta Administração do TJDF era composta pelos desembargadores Carlos Augusto Machado Faria (Presidente), Natanael Caetano Fernandes (Vice-Presidente) e José Jeronymo Bezerra de Souza (Corregedor da Justiça).

### **Doutora Editte Patrício**

Os juízes? Lembro porque isso faz parte da minha história de vida, porque foi designado para lá o Doutor Clovis<sup>19</sup> – que hoje é meu esposo...

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Então, foi a melhor designação que o Tribunal poderia fazer. Não é?

### **Desembargador Antoninho Lopes**

○ Tribunal funcionou como cupido.

### **Doutora Editte Patrício**

É o que ele fala: “Você não deixa de registrar que sua história foi enriquecida com meu conhecimento”. O Doutor Clovis e a Doutora lêda<sup>20</sup>, hoje saudosa memória.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Faleceu tão nova... Deixou uma paixão...

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Tão linda...

### **Doutora Editte Patrício**

Muito jovem, muito boa. Então, Doutor Clóvis e a Dra. lêda foram para o auxílio da vara. Praticamente tocavam a parte judicial, jurisdicional da vara e eu fui fazer esse trabalho de reorganização. Nesse trabalho de reorganização, nós praticamente olhamos tudo. A Dra. Fátima e uma servidora Valéria Cosme e os outros funcionários.

---

19 Doutor Clóvis Moura de Sousa, juiz titular da 3ª Vara de Execuções de Títulos e Extrajudiciais de Brasília.

20 Doutora lêda Garcez de Castro Doria, juíza de Direito, aprovada no XXIII Concurso para magistratura do DF, em 1997, falecida em 11/06/2014.

Agradeço, porque o Tribunal tem excelentes funcionários. Só tenho elogio a todos que trabalhavam comigo. Na Falência, então, tenho de elogiar, eles trabalhavam dez, doze horas por dia. Fizemos todo o levantamento, a atuação daqueles processos. Existiam inúmeros processos não atuados, separamos...

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

E esse tal de “lixinho” e “lixão” era um sistema da vara de mandar para lá coisas que não sabiam que encaminhamento dar... Como se chega a esse ponto?

### **Doutora Editte Patrício**

Eu acredito que, às vezes, o juiz muda, durante um período da troca de juiz, juiz titular – segue um parâmetro; o processo de Falência, a Lei de Falência era muito antiga, dava ensejo para que os processos ficassem... As habilitações não eram para ser atuadas, eram para ser entregues. Então, eles entregavam papéis, o cartório atuava, mas não lançava aquilo na distribuição e, quando houve a informatização do Tribunal, e veio o registro na atuação, aqueles processos já estavam fechados em caixas. Então, acredito, também, que (é) o próprio desleixo que vai deixando, vai colocando papéis, vai colocando processos juntos. Nós atuamos inúmeros processos a partir dali, registramos no tombo. Tivemos o trabalho de ir ao arquivo e pedir à Informática do Tribunal que desse o número de todos os arquivos, fizemos toda conferência, até que nós chegamos ao número total dos processos. Mas no meio disso, eu falo assim, foram muitos eventos, veio a mudança... Nós funcionávamos no 5º andar do prédio do Bloco A e houve a mudança para o Bloco B, nós ainda estávamos em processo de organização.

Para a mudança

do Bloco B, não tínhamos organizado tudo, estávamos organizando. Fomos instalados no espaço térreo do Bloco B, onde se decidiu, depois, instalar um berçário. Então, nós tivemos de mudar de novo; saímos novamente. Voltamos para o Bloco A, para o 8º andar do Bloco A – que estava em um processo de reforma. Uns três meses depois o Bloco A, ele foi interditado. Houve um problema de interdição e ficamos durante muito tempo com os trabalhos suspensos porque o Tribunal estava interditado. Foram sucessivos eventos.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

E todos deles perturbadores dessa reorganização que se estava fazendo, não?

### **Doutora Editte Patrício**

Quando se pensava que se estava chegando... O que aconteceu com parte desse arquivo? Parte desse arquivo foi levada para Samambaia, para o Fórum de Samambaia. E foi lá, no Fórum de Samambaia, que terminamos de organizar.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Mas por que o Fórum de Samambaia? Onde havia local, afinal?

### **Doutora Editte Patrício**

Era. Porque com a interdição do Bloco A, dispersou. Nós ficamos sem lugar, a Vara de Execuções Criminais ficou também

sem lugar. Nós ficamos procurando, inclusive ajudando o próprio Tribunal: “Onde há um lugar para funcionar?” Então foi para onde nós fomos. Parte do arquivo foi (para Samambaia), nós terminamos de organizar e veio o advento da nova Lei de Falências, entrou depois em vigor, já mais adiante, em 2005. Por causa dessa organização, eu precisava de espaço no arquivo, precisava de organizar, eu fui convidada para fazer parte da Comissão de Gestão Documental do Tribunal,<sup>21</sup> que tratava do arquivamento dos processos. Fiz parte daquela Comissão. Foi uma experiência rica também durante muito tempo. Dr. James (Eduardo Oliveira), Dr. Hector (Valverde), Dr. Álvaro Ciarlini. Fiz parte inicialmente daquele trabalho. Fizemos isso. Conseguimos arquivar, a vara ficou tão “assanhada” que, depois do advento da lei, quando eu aposentei, ela tinha menos de 500 processos em tramitação.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Não é possível! De 5.000 para 500.

### **Doutora Editte Patrício**

De 5000 para 500. Com o registro dos outros, nós chegamos a 6.000 e tanto, quase 7.000. Acredito que menos de quinhentos processos em tramitação. Eu sugeri por causa disso, e também por causa disso, por causa da nomenclatura da vara, eu fiz uma sugestão e depois

**21** Comissão Permanente de Avaliação Documental do Tribunal de Justiça e dos Territórios para Área Judicial, para a qual Dr<sup>a</sup> Editte Patrício foi designada por meio da Portaria GPR 665 de 04/10/2002, nela permanecendo até 17/07/2008, ano de sua aposentadoria.

acredito que parte dela foi aproveitada pelo Tribunal, para alteração da competência da vara para absorver outras ações que fossem relativas ao Direito Empresarial, à questão de empresas, à insolvência civil que tramitava nas Varas Cíveis. Isso não foi ao meu tempo, mas, depois que aposentei, recebi um e-mail me comunicando que realmente houve uma alteração na nomenclatura da vara e da competência, dando uma atribuição maior. Acho que foi muito positivo. Considero que foi uma experiência produtiva, em termos de organização.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

E para o Tribunal foi fantástica. Eu me lembro, desembargador Antoninho, de que nos cursos para iniciação para os novos juízes, Vossa Excelência sempre era convidada para falar sobre a Vara de Falência. Lembra-se disso? E levava os novos colegas na vara e explicava como se organiza uma Vara de Falência e me recordo, também, que muitos desses novos colegas comentavam que aquele contato, embora ligeiro, – era um encontro, em uma manhã – representou, às vezes, muito para a vida desses colegas, a capacidade de organizar.

### **Doutora Edite Patrício**

Então, eu sempre brincava com os colegas, os jovens colegas, às vezes com alguma experiência, falava: (quanto) a Vara de Falências, eu quero que se perca o temor, porque muitas vezes quando se fala em uma vara especializada, que é um assunto tão diferente, pensava-se: “Eu não quero trabalhar com isso”. Eu quero mostrar que essa vara é o paraíso. É o melhor lugar para trabalhar. Eu brincava: a vara é especializada, porque a história mostra, o Tribunal de Justiça – salvo engano o Tribunal de Justiça de São Paulo – teve muitas reservas em adotar vara especializada. Ele teve de ceder à necessidade por-

que é um assunto especializado, um assunto que envolve a administração, que recaia, recaia sobre o juiz, praticamente, a administração do espólio falimentar. Acho que era o desembargador, que não cheguei a conhecer, infelizmente, irmão do desembargador Sérgio – Mauro Renan Bittencourt<sup>22</sup> – e outro desembargador que depois foi Ministro do STJ, Eduardo Ribeiro<sup>23</sup>, que também foi titular (da Vara de Falências), eles falavam que aquilo eram quase aves de rapina em cima daquele dinheiro; que só o juiz tinha o poder realmente de fiscalizar. Nós tivemos o cuidado mesmo de individualização das contas, não permitindo que alvará fosse retirado, entregue. Saída por meio de alvará judicial era no nome do credor, o pagamento das dívidas, a preferência da Fazenda Pública... O Procurador-Geral da Fazenda, ele foi nos fazer uma visita na vara, porque ele queria saber o que acontecia, porque era a primeira vez que a Fazenda<sup>24</sup> (veio) para acompanhar melhor os processos de Falência – (A Vara de Falências e Concordatas) era o único lugar do Brasil, em que a Procuradoria era intimada para fazer levantamento; ele queria saber como funcionava isso para passar orientação para os procuradores – porque nós tínhamos o critério, acompanhávamos tudo, tudo. (Isso) também foi possível porque eu fiquei dez anos na vara. Não tem mérito nisso. Falam assim, “é mérito seu”. Não. Mérito meu eu cumpri com a faxina, porque

---

22 Magistrado da Justiça do Distrito Federal entre 1975 e 1992, ano de seu falecimento. Foi promovido por antiguidade ao cargo de desembargador em dezembro de 1991.

23 Ex-Desembargador do TJDF e Ministro aposentado do STJ, Eduardo Andrade Ribeiro.

24 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

depois a vara ficou tão tranquila de se trabalhar que nem pensei em sair.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Eu gostaria de suscitar o depoimento de dizer sobre essas mudanças todas que você acompanhou: Esse “muda vara para cá, muda vara para lá”. Fui diretor de fórum por sete anos, nesse tempo pude acompanhar essa dificuldade toda. Lembro que, (quando) o desembargador Nívio<sup>25</sup>, penso que ele era o corregedor, as Varas de Entorpecentes foram instaladas em Samambaia, que era onde havia vaga, na época.

### **Doutora Editte Patrício**

Exatamente.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

A segunda coisa que quero dizer é o que se descobre nestas entrevistas: a dedicação de nossos juízes faz a diferença.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Exatamente. Faz a diferença.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Não é só o trabalho, mas a dedicação. É essa motivação: “vamos lá, vamos acertar”. Isso, como nós vimos ontem

---

**25** Nívio Geraldo Gonçalves, Corregedor da Justiça do DF no biênio 2000/2002.

com nosso entrevistado, o Dr. Ben-Hur<sup>26</sup>, é o que se vê hoje com a Dra. Editte – que de repente abandonou o Tribunal muito cedo, muito “menina”, poderia ter ficado mais.

### **Doutora Editte Patrício**

Não. Não abandonei. Eu comecei a trabalhar muito “menina”. Eu precisava fazer outras coisas.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Para viver, afinal.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Mas parabéns por essa dedicação. Eu me lembrei da sua atuação, por isso comecei a falar da Vara de Falência. Mas todos sabiam do seu esforço.

### **Doutora Editte Patrício**

É verdade. Mas os juízes do nosso Tribunal, na essência, são muito empenhados, muito dedicados. Agradeço muito. Eu falo assim: não tenho muito mérito, porque trabalhei com uma equipe de funcionários muito dedicados. Eu mencionei a diretora, Maria de Fátima Lucas, Valéria Cosme – que era executante do cartório. Depois, a diretora que a sucedeu, Marilene Veloso. Fico até constrangida em citar nomes, pois todos (eram) muito dedicados, e o apoio recebido do Tribunal, registro isso. Muitas vezes, nós reclamamos das condições de trabalho, evidentemente, mas temos de reclamar mesmo para conseguir as coisas.

---

**26** Doutor Ben-Hur Viza, juiz de Direito Titular do Juizado de Violência Doméstica Familiar contra Mulher do Núcleo Bandeirante.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Nós crescemos muito.

### **Doutora Editte Patrício**

○ período do desenvolvimento do Tribunal é nessa geração nossa de juízes, em que fomos juízes. O Tribunal mudou, veio a Informática, nós que fizemos a adaptação, a criação de sistemas. Esse que funciona hoje, penso que ainda funciona, o SISTJ, para magistratura de 1º grau, esses juízes que alimentaram esses sistemas, pois não havia nada. Não existia nada.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Quero dizer, antes que eu perca a ponta, Maria de Fátima – quando fui ser substituto em Taguatinga – ela era diretora do Sergio Bittencourt. Ele saiu de lá e veio para 8º Cível e ela veio logo depois, ficar com ele aqui na 8º Cível. Depois, ela esteve com nossa juíza.

### **Doutora Editte Patrício**

○ Sérgio brigou comigo dizendo que eu roubei a diretora dele. Fui ser substituta e roubei a diretora dele. Eu disse, “Você vai para o Tribunal, ela quer ficar no cartório”.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Você elogiando sua equipe, com muito equilíbrio, com muita justiça. Lembrei-me de que, no início desse ano, ao dar posse aos novos servidores, eu disse que eles são a alma do Tribunal. Mas de qualquer maneira, Doutora Editte, apesar da grande importância (dos servidores), é na mão de quem tem a batuta, é quem determina o ritmo. Então, não podemos esquecer o esforço dos juízes.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

○ esforço do juiz é que é acompanhado.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Os colegas novos, por exemplo, quando iam com a Doutora Editte conhecer a sistemática que ela imprimiu na administração da vara, ficavam realmente encantados. Eu acredito até que algum, quando passou por lá, pôde ver mais de perto a grandeza desse trabalho.

### **Doutora Editte Patrício**

Lembro que a desembargadora Haydevalda falava: nós temos de ser movidos pela paixão. A paixão pelo que faz, a paixão pelo trabalho, pelo próprio Tribunal, de você querer ser sempre o melhor. Lembro que, depois de muito esforço, nós fomos premiados com um projeto que o Tribunal fazia de premiar os cartórios – penso que ainda há isso – modelo, acho que ainda há isso.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Modelos. Hoje há os Selos de Qualidade<sup>27</sup>.

### **Doutora Editte Patrício**

Nós ganhamos com esse prêmio a troca dos móveis. Aquilo foi uma felicidade. Para os servidores, foi como se estivessem recebendo um prêmio pessoal... Trocaram os móveis. Muita felicidade. Acredito nisto: a dedicação. Eu

---

27 Instituído pela Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, conforme Portaria GC 68 de 15/06/2012, é concedido às serventias judiciais que atinjam 85% da pontuação máxima que engloba quantidade de feitos sem pendências, organização dos autos, utilização de sistemas informatizados, procedimentos cartorários, entre outros. As serventias agraciadas recebem um pergaminho para fixação em local visível, elogio aos servidores magistrados titular, elogio coletivo ao diretor de Secretaria e aos servidores.

falava para os colegas: “Eu sou quase um folclore ambulante”, pois eu comecei a trabalhar ainda muito jovem, recém formada, entrei no Ministério Público; fui trabalhar no interior de Goiás. Não vou nem dizer o que o fórum tinha porque o Goiás se desenvolveu a partir da construção de Brasília e o ‘boom’ de desenvolvimento, até de asfalto, foi (quase) na década de noventa. Em oitenta, época em que eu trabalhava, nem asfalto havia. Então, nós andávamos atolando, na época da chuva. Não havia telefone. Havia posto telefônico e você não podia ter dúvidas, porque se você ligava no posto telefônico, todo mundo sabia que você estava ligando para perguntar para alguém, (perguntar) o que era. Tudo era a descoberto. O fórum não tinha... As condições eram precárias, (com) máquina manual... Então, eu – como falei – eu fui evoluindo com o mundo. Muitas vezes nós reclamamos muito e vamos fazer o que podemos fazer, a reclamação é natural. Se o ser humano não reclamar, ele não evolui. Mas nós precisamos falar, “não é só Tribunal que tem de fazer, não, mas o que podemos fazer”. A história, a diferença, é o que você pode fazer. A necessidade de passar por uma satélite, de conhecer a população de uma satélite, de saber às vezes de uma dificuldade, pois muitas vezes quando estamos brigando, discutindo aqui, achando que todas as causas são muito grandes, às vezes, como na época, você está fixando uma pensão alimentícia de R\$20,00 (vinte) reais por mês, porque a pessoa não tem mais nada para pagar. É o dinheiro que você compra um lanche. Penso assim, essa sensibilidade. Eu não concebo um juiz sem sensibilidade. Não tem.

Se você não tiver a sensibilidade de se colocar no lugar do outro, você não está no seu lugar.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Verdade. No meio dessa Vara de Falência – que acabou se tornando um modelo de funcionamento – uma coisa se tornou inesquecível: o conflito positivo de competência para julgar a falência da Encol.<sup>28</sup> Recordando esse fato tão importante, porque nós nunca encontramos conflitos positivos, só negativos. O quê ainda lhe vem à mente quando se fala a respeito desse assunto?

### **Doutora Editte Patrício**

Quando eu vim para Vara de Falência, já se falava muito nessa história, porque havia vários pedidos de falência contra a Encol que havia sido ajuizados na vara e a falência emitida. Já era anunciado. Nós sabíamos onde ela era estabelecida, ninguém tinha dúvida disso: era estabelecida no Distrito Federal. A administração da Encol era aqui; o “dono”, empresário, residia no Lago (Sul); freqüentava coluna social... Ela era aqui. Então, ela fez o que se fala no jargão popular: ela anoiteceu e não amanheceu. Ela saiu daqui, à noite, na calada da noite,

---

**28** Controverso caso da empresa fundada por Pedro Paulo de Souza, engenheiro, que foi considerada a maior construtora do Brasil nas décadas de 80 e 90. Nascido no Espírito Santo e residente em Goiânia, Pedro Paulo funda a ENCOL em julho de 1961. Em 1969, muda-se para Brasília, onde a ENCOL se consolidou como a maior construtora do país. Em março de 1999, a falência da empresa é decretada, em um episódio considerado até hoje como trágico: 42 mil mutuários deixaram de receber seus imóveis e 6 milhões de m<sup>2</sup> em obras ficaram inacabadas. Os débitos da ENCOL com bancos e fornecedores se aproximavam de R\$ 2,5 bilhões à época da falência.



fez uma mudança de estabelecimento para Goiás. Isso eu falo, sem vergonha alguma, por isso suscitei conflito positivo e lá – em Goiânia – ela conseguiu na época... Ela conseguiu a concordata? Salvo engano foi deferida uma concordata para ela...

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Salvo engano, não. Eu posso asseverar que foi (concedida concordata).

### **Doutora Editte Patrício**

Exatamente. E foi na minha mudança para vara. Bem no meu período de mudança para vara, em 1998, e – eu sou passional – não admito isso! Não admito isso! Ainda que você falasse, “mas vai invocar um problema desses para cá”. Não é questão de invocar para vara um problema desses. O problema, realmente é o que é legítimo, o que é legal. Suscitei o conflito. Suscitei o conflito, fui ao STJ e suscitei o conflito. Realmente prevaleceu o entendimento de que não havia tido fraude. Com todo respeito, eu discordo desse entendimento até hoje. Mas nós deixamos registrado na história isso.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Quem julgou o conflito, Dra. Editte?

### **Doutora Editte Patrício**

Realmente, eu apaguei da minha memória, desembargadora. Fiquei muito irritada com aquilo. Apaguei da minha memória mesmo, porque falo muito e depois calei. Acho isso absurdo. Coloquei a fraude. Comigo concordaram muitas pessoas, acredito.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Inclusive advogados que à época tinham ações contra a Encol...

### **Doutora Editte Patrício**

Tanto que foi um processo movido em Goiânia, isso eu acompanhei também por história de jornal, com troca de juízes e com muitas histórias envolvendo a própria administração da Falência.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Que está até hoje em andamento.

### **Doutora Editte Patrício**

Não encerrou.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Não encerrou ainda. Quantos anos já se passaram, não?

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Quantos anos e quanto prejuízo.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Vários juízes passaram. Nenhum juiz fica muito tempo na vara. Então, foi uma atitude muito corajosa. Quem acompanhou a sua luta aquela época, não esquece. Muito corajosa a sua atitude de suscitar o conflito positivo.

### **Doutora Editte Patrício**

A vara para mim foi uma experiência muito grande. Trabalhei, depois fiz muitos cursos. Eu brinco que o que havia de bibliografia de Falência, tentei adquirir,

comprei. Fiz muitos cursos. Para mudança de legislação, fizemos curso pela Fundação Getúlio Vargas – eu, o Clóvis – com juizes especializados do Brasil todo. Lá fui elogiada, fiquei feliz como o que eles falavam, porque (diziam) que realmente estava acompanhando. Eu acompanhava realmente a tramitação do projeto. Enviei sugestões, umas das quais, não por mim, mas por outros que também encamparam a mesma idéia que era a fixação, valor mínimo para a vara não ter aquela competência desvirtuada, de cobrança, de fixar valor mínimo. Algumas das sugestões foram acatadas no projeto. Eu ligava, mandava e-mail. Então, foi um trabalho importante. Acabei por causa disso lecionando. Fui lecionar.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Isso que eu ia lhe perguntar agora: e a vida como professora?

### **Doutora Editte Patrício**

Também lectionei essa matéria. Na mudança da legislação eu lecionava no IESB<sup>29</sup>, não havia livro, eu fazia apostilas do projeto, da transição – como seria – e até hoje encontro alunos (que dizem) “Olha, professora, a senhora foi muito importante. Ninguém tinha material. Não havia doutrina nenhuma”. Eu já estava fazendo crítica da lei. Foi muito bom. Período bom também. Acabei deixan-

**29** Instituto de Educação Superior de Brasília, faculdade localizada no Distrito Federal.

do, depois da aposentadoria, eu deixei, porque fui fazer outra coisa de que gosto muito que é cuidar de fazenda. Deixei também de lecionar, mas foi um período bom.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Há quanto tempo está aposentada?

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Eu aposentei em 2008. Eu fiquei dez anos, pouco mais de dez anos na Vara de Falência. Depois, em 2008, realmente, eu requeri a aposentadoria. Eu brinco que houve um colega nosso que, dizem, contratou uma Auditoria para saber a chance de chegar ao Tribunal, como desembargador. Não cheguei a esse ponto, mas fiz um cálculo da minha chance de chegar ao Tribunal por antiguidade. Como, eu tinha uma carreira antes no Ministério Público... Fiquei muitos anos. Uma longa carreira.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Uma longa carreira, mas acabou sendo uma aposentadoria precoce, não Doutora Editte. Muito precoce.

### **Doutora Editte Patrício**

É verdade. Eu falei, “Vou demorar a chegar”... Vou ser um pouco fazendeira...

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Essas iniciativas todas... (O Tribunal) não podia ter perdido isso.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Não é? Mas eu cortei. Então fez o cálculo...

### **Doutora Editte Patrício**

Eu fiz um cálculo da chance de chegar ao Tribunal e chegaria, realmente, perto já da aposentadoria por idade... Eu falei: “Não. Vou fazer uma opção. Eu quero fazer outras coisas”. Como o fato de ter sido criada, ter morado em fazenda... Depois também morei, quando casada, em fazenda... Meu filho herdou do pai dele a fazenda e eu gosto muito. Então, essa é uma atividade que... Eu falo, agora estou contando o tempo do Clóvis, também, meu marido, para aposentar porque eu quero morar ainda um tempo na fazenda. Gosto muito. Eu tenho liberdade de ir, de ficar mais tempo. Meu filho acabou casando, mudou-se para lá (para a fazenda). Eu tenho mais tempo de ficar. É um lugar que eu gosto... Eu falo assim: o Goiás sempre me chama, mas não Goiás, o Estado, mas a roça sempre me chama.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

A fazenda é em Goiás?

### **Doutora Editte Patrício**

A fazenda é em Goiás. A fazenda do meu filho é em Goiás. Eu gosto muito... (inaudível) aproveitar também um pouco a aposentadoria porque quando trabalhamos, afinal de contas você já começa a trabalhar na infância, já tem direito a aposentar um pouco mais cedo.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

É verdade. Mas a aposentadoria fez com que cortasse mesmo o interesse pelo Tribunal, as coisas de trabalho do Tribunal, ou ainda – de vez em quando – dá uma saudadezinha?

### **Doutora Editte Patrício**

Ah, eu tenho saudade. Não é uma saudade nostálgica. Mas como disse: fiz ótimas amizades. Meu marido ainda é juiz, está na ativa, nós conversamos muito. Uma amiga especial que é a Haydevalda; nós sempre conversamos. Eu gosto muito. Venho ao Tribunal. Sempre torço muito pelo sucesso do Tribunal. Fico feliz quando Tribunal recebe prêmios, elogios. Gosto muito. Mas não tenho nostalgia, assim, de trabalhar, não. Da mesma maneira que eu trabalhei até o último dia com o maior empenho... você sente... Quando você sente a aposentadoria, afasta um pouco, acredito que é um período de transição, uma espécie de luto. Depois, não. Depois isso passa e você recomeça sua vida e fica bem. Fico muito feliz. O Tribunal, ainda o considero minha casa. Considero minha casa, o Tribunal.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

O desembargador Waldir Leônico<sup>30</sup> – da 2ª Vice-Presidência – tem feito um trabalho muito interessante com os juízes aposentados e a senhora está novíssima ainda, não? Ele está chamando esses juízes aposentados para ajudá-lo nesses meios alternativos, principalmente a mediação.

### **Doutora Editte Patrício**

Então, eu realmente recebi um convite.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Já chegou a suas mãos...

---

30 Waldir Leônico Júnior, eleito 2º Vice-Presidente do TJDF para o biênio 2014-2016.

### **Doutora Editte Patrício**

Já recebi. Mas como eu disse: o compromisso de ter esse dia disponível, porque, como a fazenda é em Goiás, muito distante, eu vou, volto. Às vezes não tem um dia certo. Eu não tive essa oportunidade de me doar ao projeto dele. Mas não descarto. Não descarto isso porque... (inaudível) Agora que meu filho está morando lá, eu preciso ir menos. Ele já é adulto.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Outra coisa: escolha um horário mais espaçado. Não pode vir uma vez por semana, vem uma vez de quinze em quinze dias. Não pode? Vem uma vez por mês está ótimo.

### **Doutora Editte Patrício**

Vou chamar minha amiga Haydevalda para ver se nós damos ao menos uma doação.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Tem sido fantástica a contribuição (dos magistrados aposentados). O Antoninho, nós o requisitamos para este projeto. Eu falei "Não vai para mediação com o Waldir Leôncio porque nós precisamos de você aqui".

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Eles me chamaram lá.

### **Doutora Editte Patrício**

É isso. Eu acredito que a pessoa vem um dia, vem dois, três, depois

vem toda semana. É o que digo da Vara de Família, você faz uma audiência duas, dez, vinte, porque a demanda é imensa.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

A demanda não tem fim.

### **Doutora Editte Patrício**

A demanda não tem fim. Eu participei com a desembargadora Nancy<sup>31</sup>, como todos os substitutos quando entraram (no Tribunal), da criação dos juizados, naquela época chamávamos de Juizado Informal. E sempre, como o desembargador Antoninho falava, com a ideia de que aquilo fosse desafogar a Justiça. Não desafogou a Justiça. A instalação de outras varas... Não houve essa limitação de distribuição. Ao contrário, quando mais aumenta o Tribunal, quando mais perto ele chega do público, mais a demanda aumenta.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Os juizados estão superlotados de trabalho.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Muito sobrecarregados. Talvez seja preciso instalar uma outra cultura para nosso povo.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Um pouco de campanha, de informação.

---

31 Nancy Andrighi, ex-Desembargadora do TJDF e hoje Ministra do STJ.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Exatamente. Fazer com que as pessoas se sintam mais responsáveis para resolver os próprios litígios.

### **Doutora Editte Patrício**

Um colega magistrado de Goiás – também já ouvi essa expressão, não sei se era dele, os colegas falaram – disse que a Constituição de 88 havia trazido o gosto do brasileiro pela demanda. Penso que com a Constituição começou, mas hoje com a disseminação de notícias. Essas mídias com que as pessoas ficam o tempo todo se comunicando: “Ah, entrei com uma ação... Fui vencedor”. Isso é um fator de multiplicação.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Disseminando a intolerância.

### **Doutora Editte Patrício**

A disseminação da intolerância. Todos nós achamos que temos direito. Não temos mais a capacidade de sofrer. Não temos. Não temos paciência. Qualquer fila... “Ah, fiquei na fila”. Isso me ofende. Qualquer coisa. Não temos mais tolerância uns com os outros. Acho que é a mudança de cultura. Tem de se mudar. Acho que é uma necessidade, talvez, de antes do ajuizamento da demanda, em alguns casos, passar uma fase pré-processual. Compulsória! Compulsória!

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Justamente.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Essa é uma sugestão também até para o Ministro Lewandowski<sup>32</sup>.

### **Doutora Editte Patrício**

Na verdade, o juiz fica premido e acaba que causas importantes, que necessariamente precisam (de ação judicial), (que) não há como resolver se não for pelo Judiciário, a substituição não tramita porque ela fica perdida.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Então, vamos encerrar. Pode dar o fecho.

### **Desembargador Antoninho Lopes**

Minha querida juíza foi bom revê-la. Tropeço com o Dr. Clóvis toda hora no protocolo. Foi muito bom revê-la. Sua entrevista foi muito boa, enriquecedora. Gosto desses detalhes, o que faz o juiz. Nisso nós temos dado um pouco de sorte de entrevistar pessoas dinâmicas. Ainda reclamo de sua aposentadoria que considero precoce. Espero, realmente, que possamos ajudar o Waldir Leônico a implantar a mediação que é esse pré-trabalho para evitar a (inaudível). Ficamos agradecidos pela sua presença, pela convocação.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Doutora Editte, Vossa Excelência está com a palavra para se despedir e deixar marcado nos anais do Tribunal esse nosso encontro que foi excelente e nós agradecemos muito.

---

32 Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Supremo Tribunal Federal para o biênio 2014-2016.

### **Doutora Editte Patrício**

A gratidão é toda minha. Sou muito grata pelo convite. Fico muito feliz. Tenho muito orgulho de ter feito parte da história do Tribunal. De ter contribuído, creio eu, para que realmente o nosso Tribunal seja cada vez melhor, seja sempre exemplo. Penso que um Tribunal de Capital merece todo o reconhecimento pelo esforço que todos nós fazemos em prol dele. Sou sempre grata. Só tenho a agradecer pela lembrança do meu nome, pela felicidade de encontrar amigos tão queridos, desembargadora Carmelita, desembargador Antoninho, pessoas amigas. Sinto realmente saudades: saudades do Tribunal, saudades dos servidores, de todos os colegas, de, realmente, do meu tempo passado aqui. Tenho a consciência tranquila de que procurei fazer sempre o melhor. Mas o melhor talvez não fosse tudo que o Tribunal merecia. Poderia ter feito mais. Deveria ter feito mais.

### **Desembargadora Carmelita Brasil e Desembargador Antoninho Lopes**

Obrigado!

◀fim▶

**DATA DA ENTREVISTA**

17/10/2014

**LOCAL**

Brasília

**ENTREVISTADA**

Juíza de Direito Editte Patrício da Silva Moura

**ENTREVISTADORES**

Desembargador Antoninho Lopes

Desembargadora Carmelita Brasil

**TRANSCRIÇÃO**

Patrícia Rodrigues de Sousa – SERAMI

**REVISÃO**

Iêda Oliveira de Araújo Alves – SERAMI

**PROJETO GRÁFICO**

Diego Vilani Morosino – ACS

**DIAGRAMAÇÃO**

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA  
**HISTÓRIA  
ORAL**

---

Juíza DE DIREITO EDITTE  
PATRÍCIO DA SILVA MOURA

**SERAMI**

Serviço de Apoio à  
Memória Institucional

**SEGD**

Secretaria de Gestão  
Documental

**GPVP**

Gabinete da Primeira  
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO DISTRITO FEDERAL  
E DOS TERRITÓRIOS

**TJDFT**